

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**A GÊNESE DA SOCIEDADE E O DESENVOLVIMENTO**

*Francisco Benedito da Costa Barbosa*

**Sócio Presidente – IPADES**

Desde o século XIX estudos das ciências sociais demonstram a prodigiosa influência que exerce a gênese da sociedade sobre o seu andamento. Ela influencia o espírito público, certo aspectos às leis, aos governantes, e também aos hábitos e maneiras dos governados se comportarem. Isto porque cria opiniões, faz nascerem sentimentos, sugere e modifica usos. Trabalha-se neste artigo com dois exemplos, as sociedades brasileira e americana, cujo início da colonização é do século XVI, feita respectivamente por Portugal e Inglaterra, e aqui apresentadas como estudo de caso propício para o tema em questão.

O Brasil surge para o cenário europeu através de Portugal, que chega ao século XVI, com posição importante no mercado mundial, principalmente por sua expansão ultramarina. Entretanto, passa a sofrer acentuado processo de estagnação econômica e social, em função da fragilidade da burguesia comercial diante da nobreza, da realeza e do clero. Nessa condição, a colonização do Brasil, foi uma ação política da Coroa portuguesa, a partir da década de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Souza, e de 1534, através das capitânicas hereditárias, das concessões de sesmarias e do cultivo da cana-de-açúcar.

O monopólio da concessão de terras viabilizou ao Estado português o controle sobre a estrutura fundiária, vinculando-a à produção de açúcar. O sistema semarial, instituto jurídico quatrocentista foi transplantado e adaptado à realidade colonial, subordinado às determinações do capital mercantil. Este estava sob o controle da Coroa que embora tivesse o monopólio do mercado, dependia dos grandes centros importadores Amsterdã, Londres, Hamburgo e Gênova, sendo deles o maior poder na fixação dos preços. A economia do açúcar assumia um perfil internacional.

Assim, a exploração do Brasil foi estabelecida nos moldes do Império das Índias, ou seja, um empreendimento comercial. A empresa açucareira passou a fazer parte da realidade brasileira por duas condições importantes e interligadas: a colonização da costa do Brasil; o valor comercial do açúcar, na Europa, com uma demanda muito maior do que a oferta. Tratava-se da mercadoria mais importante do comércio mundial, superando em valor, grãos, carne, peixes, especiarias, tecidos ou metais.

Para atender esse mercado era necessária uma produção em larga escala estabelecida nas etapas de plantio, colheita, transporte ao engenho, moagem, transporte ao embarque, que determinava a instalação da *plantation* no Brasil. Com ela instalou-se o trabalho escravo que se estendeu até o final do século XIX.

A essa condição da economia, aliou-se a condição social e política de domínio de uma aristocracia oriunda ou influenciada pela sociedade portuguesa, ou seja, estabeleceu-se a hierarquia das posições sociais e políticas vividas no reino português. Desse modo, a sociedade que se formava no Brasil sofreu na sua gênese a falta de duas condições fundamentais para o desenvolvimento: igualdade das oportunidades; mobilidade social. Nessas condições, começa a formação da sociedade agrária no Brasil.

Sociedade agrária na qual é à terra que se prende a aristocracia, é ao solo que ela se apega e em que ela se apoia; não são apenas os privilégios que a estabelecem, não é o nascimento que a constitui, mas sim a propriedade fundiária hereditariamente transmitida aliada a sua cultura, a partir das sesmarias concedidas.

Observa-se que as normas de organização da sociedade foram impostas – de fora, de cima, de longe (Lisboa). Desta forma, a nova sociedade não se organizou; foi organizada. A organização não atendia aos interesses e necessidades da sociedade que se formava, mas sim daquela que exercia o domínio dessa colonização.

A sociedade agrária implantada no período colonial estendeu-se, com forte domínio econômico, político e social, praticamente, até o final da segunda década do século XX, quando a crise da economia cafeeira, e o término da República Velha – domínio político da economia cafeeira – possibilitou o início da diversificação da agricultura brasileira.

Com o avanço da indústria e o processo de urbanização do país, a partir da década de 1930, a sociedade agrária foi se retraindo para seu mundo no interior perdendo cada vez mais força de influenciar o desenvolvimento nacional. Contudo, a

cultura dessa sociedade ainda se faz presente, neste século, na Amazônia e Nordeste, regiões que não têm acompanhado o desenvolvimento das suas congêneres, e mais, ainda não conseguiram modernizar a agropecuária.

Quanto ao segundo estudo de caso, a sociedade americana, tem-se como nação colonizadora a Inglaterra. Esta, no século XVI, também absolutista, vivia realidade diferente daquela de Portugal. Com a Reforma Religiosa e a fraqueza da nobreza inglesa o nacionalismo fortaleceu-se. O que significa isto: mesmo com todas as diferenças, cada inglês olha para o outro e sente que há pontos em comum, coisas que os diferenciavam dos franceses, espanhóis e portugueses, formando laços de união entre eles.

Acima de tudo, os ingleses estavam desenvolvendo a “modernidade política”, ou seja, a ação política vai se tornando independente da subordinação religiosa e se dirigindo à realidade. Esse passo respaldou-se, sobretudo, na atitude dos ingleses e do rei, ao fundarem uma nova Igreja, lhes proporcionando uma nova visão do mundo.

Ao contrário de Portugal que se unificava em torno do catolicismo, expulsando judeus e muçumanos e perseguindo as vozes discordantes, a Inglaterra conhecia a relatividade religiosa. A convivência com a desordem, outra característica da modernidade, marcou a vida religiosa inglesa. A Inglaterra chegava ao século XVII em transformação. A Revolução Agrícola e o progresso das manufaturas trazia-lhe um momento de prosperidade concomitantemente com outros ares políticos e religiosos.

A Revolução Agrícola que intensificou o cerceamento (*enclosures*) dos campos promoveu um crescente êxodo rural que aumentou o número de pobres nas cidades. É dessa massa de pobres que saiu grande parte do contingente que emigra para a América em busca de melhores condições.

Na colonização da América os meios empregados pelo governo inglês foram de diferente natureza. Em certos casos, o rei submetia uma porção do novo mundo a um governador de sua escolha, encarregado de administrar em seu nome e sob suas ordens. Esta foi a primeira tentativa feita pela rainha Elizabeth I, que concedeu permissão a Sir Walter Raleigh para que iniciasse a colonização da América, em 1584. Nessa expedição que se prolongou até 1587 ele denominou a área conquistada com o nome de Virgínia, em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem, assim chamada por não ter se casado. Outras vezes essa concessão era dada a uma companhia, como as de Londres e a de Plymouth. Em ambos os casos não houve o sucesso esperado.

Um terceiro sistema dava a certo número de emigrantes o direito de se constituírem em sociedade política, sob o patrocínio da mãe pátria, e de se governarem eles próprios em tudo o que não era contrário às leis inglesas. Um desses grupos que chegou a Massachusetts em 1620 tinha como líderes John Robinson, William Brewster e William Bradford, indivíduos religiosos, do puritanismo – movimento reformador na Inglaterra – e com formação escolar avançada. Ainda a bordo do navio que os trazia, o *Mayflower*, esses futuros colonos firmaram um pacto estabelecendo que seguiriam leis justas e iguais. Este documento é chamado “*Mayflower Compact*” e foi assinado por 41 homens. Eles acreditavam que enfim o tempo da restauração da Igreja haveria de chegar.

O terceiro sistema era interessante para a Coroa inglesa que procurava afastar de si a tensão que ocorria nas cidades, motivada pelo *enclosures*, foco de agitação e embrião de revoluções. Então, esse modelo de colonização dos emigrantes, tão favorável à liberdade, foi posto em prática nas treze colônias americana, a Nova Inglaterra. Daí saiu os fundamentos e os pais fundadores, ou pais peregrinos – *pilgrims fathers* – que mais tarde formaria os Estados Unidos da América.

Usando o grau de liberdade de emigrantes, os novos habitantes, sem negar a supremacia da metrópole, não foram buscar no seio deste a fonte dos poderes, eles mesmos se constituíram. Assim, começaram a dar mostras de soberania nomeando seus magistrados, fazendo a paz e a guerra, estabelecendo regulamentos como se só dependessem de Deus.

Outro importante fator, principalmente por motivo de condições ecológicas desfavoráveis, esses emigrantes não puderam implanta a agricultura da *plantation* tropical, mas ativeram-se ao cultivo de cereais e da pesca cujos sistemas de produção conheciam e que não dependiam de complexas e caras estruturas para produzir. E mais, conhecedores das manufaturas – tecidos, móveis, ferramentas, armas e relógios, entre outras – que na Inglaterra já se encontrava em estágio avançado e levariam os ingleses a serem os promotores da Revolução Industrial, partiram por esse caminho como forma de prover a economia.

Aspecto político significativo, mas que quase não é levado em consideração, diz respeito ao princípio da soberania que esses emigrantes iam estabelecendo as colônias, ainda inglesas, apesar de dois obstáculos: um externo, outro interno que retardavam a introdução desse princípio. O externo é que eles não podiam aplicá-lo ostensivamente, pois as colônias ainda eram obrigadas a obedecer à metrópole, fazendo com que sua expansão ocorresse em segredo. No interno, a riqueza das

colônias do sul exerceram por muito tempo, uma espécie de influência aristocrática que tendia a concentrar em poucas mãos o exercício do poder.

A soberania só veio, de fato, ocorrer com a Revolução Americana, em 1776, que proclamou a independência das colônias inglesas na América. Aí o dogma da soberania do povo saiu das colônias do Norte e apoderou-se do governo; todas as classes se comprometeram por sua causa; combateu-se e triunfou-se em seu nome; ela se tornou a lei das leis.

Isto porque a aristocracia do sul não criou condições políticas e socioeconômicas que a fizesse liderar esse decisivo momento histórico. A esse respeito, observe-se o que comentou, em 1774, um nortista de Boston, Josiah Quincy Jr., depois de uma viagem à Carolina do Sul; *“seus habitantes podem ser divididos em três categorias: plantadores opulentos e senhoriais, camponeses pobres, acanhados, e vis escravos”*.

Essa condição socioeconômica aliada à estrutura política de igualdade de oportunidades, que o sistema comunal adotou nas treze colônias, que já havia lhe sido favorável na independência, foi-lhes novamente favorável na vitória da Guerra de Secessão (1861-1865), quando o Norte industrializado venceu o Sul das *plantations* escravocratas. A partir desse momento histórico a gênese oriunda da Nova Inglaterra passou a direcionar a nação americana também no Sul e no Oeste dos Estados Unidos da América.